

**A COMENSURABILIDADE ENTRE A CONTROVÉRSIA E O CONFLITO SOCIAL  
RELACIONAL**

**RICARDO DE ABREU BARBOSA**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

**WALTER BATAGLIA**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecimentos à CAPES pelo fomento à pesquisa realizada.

## A COMENSURABILIDADE ENTRE CONTROVÉRSIAS E O CONFLITO SOCIAL RELACIONAL

**Resumo:** *O artigo explora questões onto-epistemológicas do conceito de controvérsia, oriundo da teoria ator-rede, bem como da teoria do conflito social, em sua abordagem relacional, buscando analisar uma possível comensurabilidade que possibilite o emprego do conflito social como teoria intermediária para a operacionalização das translações, da teoria ator-rede, tendo em vista a busca de um aprofundamento sobre o entendimento da formação dos agregados coletivos e organizacionais.*

**Palavras chaves:** *controvérsia, conflito social, translações, teoria ator-rede.*

### 01 Introdução

Este artigo propõe uma análise da comensurabilidade entre duas abordagens teóricas – *actor-network theory* (ANT) e teoria do conflito social – com vistas a contrapor a noção de ‘conflito’ com a de ‘controvérsia’, essa última indispensável ao desenvolvimento da noção de translação, nuclear para a ANT.

A ANT, criada por Bruno Latour, Michel Callon e John Law, oriunda da escola francesa da STS (*Science Technology Studies*), propõe um modo alternativo de compreensão da realidade social (LAW, 1992) e seu pensamento tem influenciado a teoria organizacional, sobretudo por sua visão peculiar sobre o modo de agregação social ou sobre os elementos que dão origem aos coletivos (LATOURE, 1994; CZARNIAWSKA, 2017).

É fundamental para a ANT a noção de controvérsia que consiste numa atividade relacional travada por actantes e que são geradoras de translações, tecendo a realidade social, que passa a ser compreendida ontologicamente como relacional, processual e fluída (LATOURE, 2007).

As controvérsias, na ANT, são fenômenos de carga conflitiva que suscitam debates, se mostram resistentes à redução da complexidade e são capazes de descrever o social em sua forma mais dinâmica (VENTURINI, 2010a). As translações, por sua vez, constituem um processo de minimização de controvérsias (LAW, 1991), ou a combinação de vários interesses distintos em um único objetivo composto (ALCADIPANI, 2010) sendo também definida como um processo de negociação (CALLON, 1986) ou deslocamento (LATOURE, 2007).

A ANT não se fixa em figuras estabelecidas *a priori* como o que é compreendido hodiernamente como instituições, a exemplo da organização, da família ou do Estado. Os actantes não preexistem às associações e os entes coletivos são meros padrões reificados de redes provisoriamente estáveis, cuja natureza consiste em um emaranhando de relações movimentadas por controvérsias e translações em uma realidade ontologicamente relacional (LAW, 1992).

A ANT também questiona a ação enquanto imiscuída de intencionalidade, causalidade e atribuída exclusivamente à agência humana, e passa a considerar nas relações a participação de não humanos (objetos e quase-objeto), em absoluta simetria com os humanos (CALLON, 1986), na agência das controvérsias e translações que constituem o social (LATOURE, 1999).

Essa perspectiva relacional e material da realidade social, concebida pela ANT, tem recebido muita atenção pela sua proposta alternativa para lidar com os dilemas oriundos do conflito agência-estrutura (SISMONDOL 2010), cuja dualidade é rejeitada (LATOURE, 1996).

Por outro lado, tem também surgido a questão sobre se a ANT tem se desincumbido de sua promessa de demonstrar, operacionalmente, como realmente ocorre esse processo fluído de agregação social por meio de atores-redes, controvérsias e translações (WALSCHAM, 1997; REED, 1997; KANGER, 2017).

Se tomarmos como exemplo o trabalho seminal de Michel Callon (1986) sobre as vieiras francesas, que se tornou a base para a teorização da translação, explicada em quatro fases, ou mesmo, a classificação de Bruno Latour (1999) que define as translações de interesses em cinco

tipos, percebemos uma generalização dessas construções que serviriam de fundamento para a compreensão de todos os aspectos da realidade social. Kanger (2017) questiona se um modelo geral hipotético de translação baseado em um estudo de caso único ou uma lista taxativa tipificadora de translações não demandaria maiores elaborações.

Latour (2007), em seus esforços para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa em ANT, tem dito que tudo se resume a um esforço de se aproximar do processo de construção do social e seguir o trabalho dos actantes.

Estamos diante de um arcabouço consistente, mas entrelaçado com o uso ocasional de conceitos abstratos que ainda reclamam um amadurecimento. De se notar que, além das críticas endereçadas à ANT, até mesmo entre seus defensores já não se fala em uma abordagem coesa, mas permeada por conflitos internos que deram ensejo a múltiplas versões da ANT (GAD; JENSEN, 2010).

Ressaltamos que, embora a ANT tenha uma perspectiva de negação apriorística ou substantiva sobre entidades auto subsistentes e pré-formadas (Emirbayer, 1997), tal postura não se verifica em relação aos conceitos de controvérsia ou de translação, que assim como preconizado nas conexões entre ator-rede, precisam também serem mais explicadas.

Uma abordagem viável a esse propósito explicativo é a que estuda os fenômenos do conflito social a partir da abordagem relacional proposta por Simmel (1904) e Pruitt e Kim (2014).

Espera-se uma contribuição teórica e metodológica para a abordagem ator-rede, oferecendo-lhe possíveis avanços para, a partir de estudos empíricos, se obtenha maior precisão dos conceitos de controvérsia e translação, além de uma operacionalização sobre como esse processo realmente ocorre nas associações entre actantes.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a comensurabilidade entre as abordagens da ANT e a do conflito social, que possibilite a supressão de uma lacuna teórica e metodológica ainda remanescente na ANT a qual, jungida à teoria do conflito social como teoria intermediária (STINCHCOMBE, 1991), possa oferecer uma explicação mais operacional para os processos de translação.

O artigo está organizado como segue: após esta introdução, o segundo capítulo faz uma revisão teórica da ANT, destacando-se os conceitos de ator-rede, controvérsias e translações. O terceiro capítulo faz uma revisão dos pressupostos onto-epistemológicos da teoria do conflito social de perspectiva relacional e os põe em contato a abordagem da ANT. O quarto capítulo elenca algumas das contribuições que a abordagem de conflito social, como teoria de suporte, pode oferecer à ANT. As conclusões são feitas ao final.

## **02 Teoria ator-rede (ANT)**

A ANT é uma abordagem que explica a realidade como um processo de relações entre elementos heterogêneos. Ela mantém um interesse especial pelo contínuo, que se fundamenta ontologicamente na dinâmica, na inconstância e no fluxo. A abordagem também acentua um achatamento dos papéis dos atores, humanos e não-humanos, como que se houvesse uma reticularidade ou simetria entre os elementos que constituem os coletivos (LATOURE, 1999, 2007; CALLON, 1986; LAW, 1992).

O que se entende por *rede* não pode ser tomado em seu “sentido técnico”, como no caso de um gasoduto ou uma rede de internet. A metáfora da “rede” possui sentido próprio, cujo termo vem de Diderot, que a utilizava com o objetivo de evitar a divisão entre matéria e espírito (LATOURE, 1996; 2019). A rede é usada para descrever essências: ao invés de superfícies, em duas dimensões, ou esferas, de três dimensões, muda-se a topologia para se pensar em filamentos ou rizomas, num sentido de um tubérculo ou raiz (DELEUZE; GUATTARI, 1987).

A força da ANT não vem da pureza ou da unidade, mas de disseminação, da heterogeneidade e do entrelaçamento de elos fracos (LAW, 1992). Ao invés de se partir de leis universais, as redes são irreduzíveis, incomensuráveis e oriundas de localidades não conectadas.

Há uma completa afinidade com a filosofia da desordem ou do caos e a rede traduz essa concepção rizomática (LATOURE, 1984).

O termo ator, que na tradição anglo-saxônica, se tem por um agente humano e intencional, é criticado pela ANT. Em seu lugar, cunha-se o termo “actante”, originado da noção de “atuante”, o que designa humanos, animais, objetos ou conceitos (CZARNIAWSKA, 2005).

Ator é um ator-rede ou uma rede semiótica que não pode ser vista como uma fonte de ação, mas o alvo em movimento de um vasto conjunto de entidades que se aninham em direção a ela (LATOURE, 1996, 2007, 2012). Um ator será sempre um efeito gerado por uma rede de materiais heterogêneos com os quais interage (LAW, 2004). A ação não é vista como consequência de uma ação anterior, mas como propriedade de entidades associadas de que resultam um processo de translações, conexões e negociações (LATOURE, 1999).

A inclusão do hífen ao híbrido “ator-rede” serve para negar um falso entendimento sobre possível dualidade entre ator e rede, já que o que se pretende demonstrar é justamente que os atores não são apenas atores, e as redes não são “um pedaço da matéria nas mãos de terceiros” já que os atores são elementos que integram as próprias redes (LAW, 1992; LATOURE, 1999).

O hífen deve ser tomado como sinal matemático de “igual”: ator=rede ou “*actores sive reticula*” (LATOURE, 2010). Com isso pode-se afirmar que o hífen não tem a intenção de conectar duas metades da expressão (ator e rede) mas negá-las (nem ator, nem rede). Não se assume o ator ou a rede como entidades ou estruturas definidas por propriedades independentes das relações que os conectam (VENTURINI, 2018).

Destacam-se, na ANT, o alinhamento com as abordagens da sociologia relacional (EMIRBAYER, 1997), de processos (LANGLEY E TSOUKAS, 2016), da *performativity approach* (AUSTIN, 1962) e da sociomaterialidade (ORLIKOWSKI, SCOTT, 2008).

Da sociologia relacional (EMIRBAYER, 1997) sobressai a influência sobre um desinteresse por uma definição antecipada do objeto. Há uma rejeição de rotulações “a priori” e uma ênfase ao rastreamento da propagação e da reiteração de configurações relacionais (LAW, 1992). Da *process approach* ressalta-se a rejeição de que as entidades coletivas sejam concebidas como estáveis e singulares, e a defesa de que elas são o resultado de elementos reunidos continuamente (LAW, 1994). A *performativity approach*, originada por Austin (1962) acentua o efeito da linguagem não apenas como descritiva, mas promulgadora da realidade. Callon (1998) a reconhece em suas análises de modelos econômicos cujas teorizações não apenas descreveriam condições pré-existentes para a ocorrência de fenômenos econômicos, mas teriam o efeito de interferir em suas condições.

Ponderando-se as influências relacionais, processuais e performativas sobre a ANT, a noção de uma realidade deve conviver com uma certa manifestação de padronização geradora de fixação e estabilização (LATOURE, 2004), já que seria implausível conceber institutos fluídos sem um mínimo de substanciação (CABANTOUS E SERGI, 2018), fenômeno conhecido como ‘pontualização’, que é um efeito simplificador da complexidade das redes (LAW, 1992).

A ANT também recebe influências das abordagens *sociomateriais* que tangenciam o princípio da simetria ou o reconhecimento de um estatuto ontológico entre humanidade e objetividade (TONELLI, 2016). O desenvolvimento da noção de simetria, originada em David Bloor (1976), partiu da crítica de que elementos da natureza e da sociedade não estariam sendo simetricamente considerados para explicar entre verdadeiras e falsas ciências. Bloor (1976) defendeu a imparcialidade entre o verdadeiro e o falso, entre o racional e o irracional, entre o êxito ou a falha, além da necessidade de se transferir o direito das explicações para o polo da sociedade, então preterida. Diante da crítica de Latour (1999), que considerava ainda assimétrico o modelo de Bloor, Callon (1999) desenvolveu a noção da simetria generalizada segundo o qual uma explicação verdadeira simétrica não poderia partir de nenhum dos polos (natureza ou sociedade).

O conceito de Callon e Latour avançou para se referir à simetria, não apenas como um tratamento equânime entre verdade e falsidade na história das ciências, mas também para firmar uma simetria ontológica entre elementos da natureza e da sociedade e entre humanos e não-humanos para a geração de agenciamentos e performatividades (TONELLI, 2016).

A simetria, portanto, tornou-se uma ferramenta heurística utilizada para entender o papel contingencial exercido por actantes dentro de um ator-rede (CALLON, 1999) a partir do pressuposto de uma completa heterogeneidade entre os elementos da natureza e da sociedade (LATOURE, 1994).

As controvérsias são centrais para a ANT (CALLON 1989), já que as associações entre elementos heterogêneos ocorrem sob fricção. Elas também são tidas como um dos fenômenos mais complexos a serem observados na vida coletiva (VENTURINI, 2010a), embora pouco explorado entre os autores da ANT. Ela envolve “qualquer coisa que desafie o *status quo* entre os atores” (HUSSENOT E MISSIONER, 201).

Como forma de desenvolvimento de estudos de controvérsias sob a ANT foi criado por Latour o MACOSPOL (*Mapping Controversies on Science for Politics*), um projeto financiado pela União Europeia de desenvolvimento de uma plataforma colaborativa para mapeamento de controvérsias, sob a abordagem ator-rede.

De acordo com os documentos da MACOSPOL (2007, p. 6), a controvérsia é referida como todo pedaço de ciência e tecnologia que ainda não está estabilizada ou fechada. Essa definição apresenta a controvérsia como um estado de incerteza compartilhada sobre fatos de natureza científica. Venturini (2010a) elucida algumas características importantes para compreender as controvérsias na abordagem da ANT.

Em primeiro lugar, qualquer actante pode participar de uma controvérsia. Elas podem envolver seres ou grupos humanos, mas também os não humanos, integrando “arranjos heterogêneos” (LAW, 1989). Nesse rol em que elementos de diferentes mundos possam integrá-la, encontram-se pessoas, fenômenos naturais, produtos industriais, artísticos, instituições econômicas, artefatos científicos e assim por diante.

Não estamos afirmando que um objeto tenha capacidade volitiva como a de um humano, mas sim que a ação humana não decorre exclusivamente da vontade dissociada das relações que tem com os objetos.

Diferentemente das abordagens sociológicas clássicas, a ANT não busca uma visão com base tão somente nos interesses que envolvem um fato para explicá-lo. A disputa de interesses e a explicação por meio de “contextos” seriam insuficientes para compreender a produção de fatos, não devendo ser tomada como fator determinante nesta produção (LATOURE, 2008).

Toda volição se manifesta a partir de relações simétricas em que qualquer actante humano ou não humano estejam presentes, o que os tornam protagonistas de controvérsias que funcionam como um “fórum híbrido” (CALLON, RIP, 1992) ou um espaço de conflitos, de debates e negociação em busca de estabilização.

Em segundo lugar, são as controvérsias que exibem a formação do social em sua forma mais dinâmica. Delas emergem alianças, coalizações, subdivisões e formas múltiplas de associações (VENTURINI, 2010a) de modo que os atores podem, a qualquer tempo, se associar ou se dissociar de redes de controvérsias (CALLON, 1989). Aqui também transparece a noção de que a vida coletiva é feita tanto de alianças quanto de suas dissoluções, para acentuar o papel das controvérsias na constituição do social (VENTURINI, 2018).

Em terceiro lugar, as controvérsias são resistentes à redução. Significa dizer que praticamente tudo enseja a discórdia, o que é consistente com a visão rizomática da ANT, como se houvesse uma regressão infinita que impossibilite o seu encerramento. Até mesmo as formulações das questões seriam passíveis de controvérsias, ao ponto de que os atores não apenas discordem das respostas, mas que nem chegam ao ponto de concordar com as perguntas (VENTURINI, 2010a).

O magma vulcânico, que alterna seus estados líquidos e sólidos, é uma boa metáfora para ilustrar a dinâmica das controvérsias, que se apaziguam ou se intensificam ininterruptamente (VENTURINI, 2010a).

Em quarto lugar, as controvérsias são objeto de discussões nem sempre verbais e surgem quando ideias e coisas tidas como certas começam a ser questionadas e debatidas. Quanto maior a discordância, mais profunda e cara será a controvérsia, o que demandará o trabalho cada vez maior de mais atores para que sirvam de aliados às posições tomadas no fórum híbrido (NOBRE E MELO, 2010).

A solidez de uma controvérsia é um efeito de um alinhamento entre aliados articulados na defesa de um argumento submetido à contraprova, no sentido de que novos elementos atuarão para convencer os aliados a mudarem de lado e trair o argumento que se apresenta como um fato (LATOURET, 1999).

Em quinto lugar, as controvérsias representam conflitos (VENTURINI, 2010a) e embora se distinga os conceitos para se referir aos conflitos como situações pontuais, ao passo que as controvérsias seriam noções orientadas para o processo (HUSSENOT, 2008).

As controvérsias podem variar em grau podendo representar questões triviais ou sérias, a depender do número de conexões envolvidas pelos atores-redes e pela distribuição de poder delas resultantes (LATOURET, 1981).

Como critérios para se escolher uma controvérsia Venturini (2010a, 2010b) e Hussenot (2014) indicam ser recomendável perscrutar onde a vida coletiva se faz mais complexa, onde estiver envolvida a maior e mais diversa variedade de atores, onde alianças e oposições se transformam de maneira mais irracional e inconsequente, onde nada é tão simples quanto parece, onde todos estão gritando e brigando e onde os conflitos se tornam mais severos.

O encerramento de uma controvérsia constitui o que a ANT denomina de “caixa preta”, termo cibernético que significa o ocultamento dos sistemas internos de um sistema, ou o resultado de uma atitude de tornar opacos os processos funcionais que transformam um dado em outro (LATOURET, 1999).

Uma caixa preta é formada, ou um enunciado passa a ganhar solidez de um fato, sempre que ele for introduzido em novas formulações na condição de uma premissa inquestionável, ao ponto de se deduzir que a solidez de um fato, ou a sua estabilização, dependerá sempre de todos aqueles que o mantêm em movimento, num trabalho de legiões de redes aliadas e interligadas (LATOURET, 1999).

Sempre que um fato encontrar oposição ou obstáculos em sua circulação, significa que ele será empurrado para uma afirmação de “falsidade” num ambiente de controvérsias em que caixas pretas serão reabertas.

Quando um fato se torna uma caixa-preta, significa que este criou uma autonomia, uma independência. Quando a caixa-preta se abre significa a reinstauração da controvérsia.

O surgimento e o desenvolvimento das controvérsias ocorrem simultaneamente à produção de grupos que se colocam em oposição uns com os outros, que são acompanhados de elementos alistados para sustentarem suas posições e de argumentos que delineiam essas fronteiras grupais, possibilitando a construção de mapas de análise das relações estabelecidas. As controvérsias serão percebidas como resultado desses diferentes sentidos de pertencimentos dos grupos e das traduções que são formadas a partir desse trabalho dos atores-redes.

Latour (2014), ao reconhecer o pluralismo dos diferentes modos de existência, acentua as dificuldades para o encerramento de controvérsias, sobretudo quando se verifica o julgamento da realidade a partir de axiomas que atores não estão dispostos a questionar, o que tornaria o processo de translação contaminado pela irracionalidade.

Latour (1999), recorrendo às influências da semiótica sobre a ANT, propõe algumas medidas para reverter esse julgamento, a partir de recursos da retórica: (a) contar outra história construída em torno da mesma estrutura, mas que se aplique à sociedade de quem contou a

história; (b) recontar a mesma história, mas trazendo à baila o contexto sempre que parecer existir uma lacuna no raciocínio, e mostrar a que tipo de assunto pouco conhecido o raciocínio se aplica; (c) recontar a mesma história, mas enquadrando-a de modo diferente, permitindo que ela prossiga; (d) contar outras histórias em que as regras de lógica também sejam infringidas.

Os julgamentos de irracionalidade são também contornados quando a relatividade é invocada, para que a realidade seja apenas aparente e para que a assimetria de conteúdos se torne uma simetria de formas, possibilitando a convivência possível entre pessoas que vivem em mundos diferentes, relativizando-se a controvérsia e tornando, por via reflexa, possível a caixa-preta (LATOURE, 1999).

A ANT trata as controvérsias de um modo instrumental ao reconhecer que por meio de um observatório dedicado a decifrá-las reside a própria atividade de rastreamento do fluxo das redes que articulam humanos e não-humanos (NOBRE E MELO, 2010).

Se as controvérsias representam as situações de desacordo entre atores heterogêneos engajados na ação (VENTURINI, 2010a), as translações buscarão fixar seus contraditórios interesses (LATOURE, 1999) reconfigurando os atores-redes e fazendo com que apareçam, se modifiquem ou sejam excluídos da realidade (HUSSENOT, 2014).

A noção de translação foi criada por Michel Serres, um dos grandes influenciadores do pensamento de Latour. Serres (1996), que também defendia uma impossibilidade prática de dualismo entre as ciências e o mundo exterior desenvolveu a noção de multitemporalidade ao afirmar que os fenômenos da realidade remetem para o passado, para o presente e para o futuro contemporaneamente (TONELLI, 2016).

Essas ideias deram o contorno do que consiste a translação na ótica de Michel Serres (1996) que são processos de construção de conexões, de passagens ou de estabelecimento de comunicações, um ato de invenção ou bricolagem que emerge da mistura de elementos heterogêneos multitemporais (TONELLI, 2016).

Essa noção de translação não tinha apenas conotação linguística ou simbólica, mas envolvia atos de deslocamento ou substituição de conhecimentos, pessoas ou coisas, e recaía não apenas sobre elementos que transladava, mas também sobre o que era transladado numa clara alusão à performatividade das relações (CZARNIAWSKA, 2009).

A noção de translação foi incorporada pelos autores seminais da ANT, que a definiram como uma “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistem” (LATOURE, 1998). Posteriormente foi concebida como uma noção geométrica de deslocamento, de transformação, que oferece novas interpretações de interesses, canalizando as pessoas para diferentes posições (LATOURE, 1999, 2007).

Duarte e Alcadiapani (2016) explicam a translação como um processo de combinação de vários interesses, até então distintos, em um único objetivo composto.

Eles destacam que essa associação, ocorrida a partir de várias entidades que formam um “macro ator”, torna-o relativamente estável, porém reversível, relacional e sustentado pela configuração das redes, como resultado da associação momentânea e não inerente aos seus componentes.

De acordo com Latour (1999, p. 198), a translação pode ocorrer por cinco maneiras: (a) quando alguém encontra e se associa a outras pessoas que querem a mesma coisa que ela: “Eu quero o que você quer”; (b) quando certa mobilização desperta interesses comuns em outras pessoas: “Eu quero; por que você não quer?”; (c) quando, às vezes, para ser necessário alcançar um objetivo comum, alguém tem de ceder e se desviar um pouco de seu objetivo inicial: “Se você desviasse um pouquinho...”; (d) quando há remanejamento de todos os interesses e os objetivos iniciais: deslocar objetivos; inventar novos objetivos; inventar novos grupos; tornar invisível o desvio; vencer as provas de atribuição (rejeitando a tendência dos historiadores ou, mesmo, dos próprios atores, em atribuir maior ou menor responsabilidade pela invenção a um ou a outro ator); e (e) quando todos os agentes passam a se mobilizar em torno de uma ação

coletiva de modo voluntário, contribuindo para a propagação de uma tese no tempo e no espaço: “tornar-se indispensável”.

Callon (1986, p. 203) definiu a translação como um “processo durante o qual a identidade dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas”. Esse processo de negociação envolve quatro movimentos: a problematização, a geração de interesses ou interessamento, o alistamento e a mobilização de aliados.

No movimento de problematização os principais actantes fixam suas identidades e seus objetivos para criação de um ponto de passagem obrigatório que todos deverão aceitar para atingir seus interesses. É como se fossem estabelecidas as regras sobre como as controvérsias serão desenvolvidas (CLEGG, 1989). O interessamento envolve a imposição aos demais atores dos movimentos definidos na problematização evitando-se que se percam as identidades definidas na fase anterior. O alistamento significa a definição dos papéis a serem desempenhados pelos atores e a forma como os demais se relacionarão dentro das redes. Na fase de mobilização ocorre a coalização em que atores principais tomam emprestada a força de seus aliados, agentes passivos, e se transformam em seus representantes ou porta-vozes. Nesta fase as vozes discordantes são silenciadas e a controvérsia se encerra com o compromisso de negociação, cujo resultado passa a ser legitimado.

Law (2007) definiu a translação como um processo de minimização das controvérsias, mas também a comparou com a noção de traição (2003).

Ele afirmava que a noção de tradução remete à similaridade ou à fidedignidade daquilo que era traduzido enquanto a traição remete à diferença que transforma, que é exatamente o aspecto performático verificado na compreensão de translação enfatizada pela ANT.

Latour, ao publicar sua obra “*Science in Action*”, em 1987, referiu-se à ANT como sendo a “*Sociology of Translaction*”. Já em 1989, a versão francesa de “*La Science em Action*”, trazia o termo “*Sociologie de la Traduction*”. A edição brasileira foi traduzida do inglês, em 1998, com referências à “sociologia da translação”, tornando sinônimos as expressões ‘translação’ e ‘tradução’, diferentemente do que fora defendido por Law (2003).

No âmago de dirimir as controvérsias, buscando-se a objetividade de uma afirmação, bem como a eficiência ou a perfeição de um artefato, não são as suas qualidades intrínsecas, mas as transformações que eles sofrem “nas mãos dos outros” que devem ser consideradas (LATOUR, 1999). Em sendo o processo científico uma obra coletiva, quanto maior for a contenciosidade nela envolta, mais consistente será a caixa preta resultante do processo de translação. Até mesmo o espírito científico é associado com “barulho, calor e paixão”, diferentemente do comportamento dos homens comuns, cuja vida cotidiana seria representada pelo “silêncio, frio e razão”. Para Latour (1999, p. 54), “quanto mais discordante, mais científica e técnica se torna a literatura”.

Como instrumentos apresentados por Latour (1999) para o manejo das controvérsias encontram-se a *retórica*, o *endosso*, a *estilização*, o *empilhamento*, o *enquadramento*, a *encenação* e *captação*.

No campo da *retórica*, o processo científico ocorre em torno de debates cuja verdade é reivindicada por meio de argumentos de autoridade, os quais, uma vez arregimentados pelos amigos, buscam a solidificação de opiniões subjetivas sobre fatos objetivos (LATOUR, 1999).

A cientificidade de uma proposição não depende apenas da retórica, mas também do *endosso* das afirmações feitas por aliados que emprestam sua credibilidade para atribuir verdade e fidedignidade àquela proposição (LATOUR, 1999).

Latour (1999) exemplifica com a hipótese de os resultados excepcionais de um experimento científico não serem publicados ou o serem num periódico de pouco prestígio. Em ambos os casos, a consequência será o ostracismo, seja pela não divulgação, seja pelo desprezo de um trabalho a quem não foi emprestado o prestígio que lhe seria possível. Será a visibilidade quem produzirá a crítica e ensinará o alistamento dos aliados que farão de tudo para criticar as

proposições dos adversários ou então farão com que os inimigos briguem uns com os outros de modo que a oposição seja invalidada e o endosso à proposição científica prevaleça.

Vencida a etapa inicial, é preciso se preparar contra os ataques futuros à proposição que também será questionada por produções subsequentes. Latour (1999) destaca o trabalho dos genes, que também não sobrevivem se não forem transferidos a organismos subsequentes. Neste sentido é preciso acompanhar a citação de um artigo científico que será feita pelos trabalhos posteriores a ele, até que a proposição atinja a sua *estilização*. Esse é um processo pelo qual um fato é reafirmado inúmeras vezes, mas vai se afastando de sua afirmação inicial, até sobreviver à erosão e ao polimento, atingindo o ponto em que o fato se desprende do próprio autor. O conhecimento se torna tácito e a controvérsia se torna uma caixa-preta.

A noção de *empilhamento* significa que o actante deve demonstrar objetivamente o que está contido em sua proposição. A palavra do autor da tese deverá ser reforçada pelo exame direto das camadas anteriores contidas no texto, representadas por figuras, tabelas, dados, gráficos existentes no texto.

Em seguida, vem o *enquadramento*, que constitui uma técnica para, diante da imunização do texto contra eventuais e futuras críticas, ele tenha em vista que os seus leitores sejam ecléticos em termos de quantidade de recursos disponíveis a lidar com a proposição científica. Convém, então, diminuir a intensidade da controvérsia e expor a tese a um número maior de leitores, com o propósito de balancear a profundidade versus amplitude.

A *encenação* consiste na suposição de um leitor imaginário, em sentido semiótico, com a pergunta sobre que tipos de provas serão exigidas para se acreditar no autor da proposição científica, o que se traduz pela antecipação de possíveis futuras críticas que o fato vier a sofrer.

A *captação* é a ordenação de argumentos mais conhecidos e menos fáceis de discutir como precedentes das afirmações mais discutíveis. O objetivo é prender o leitor, envolvendo-o, represando-o, persuadindo-o a partir do compartilhamento das ideias mais convergentes, para somente depois persuadi-los sobre tópicos de maiores controversos, quando esse leitor já estiver captado ou fisgado pela ideia que se defende.

### **03 Onto-epistemologia do conflito social e a ANT**

O conflito social, embora considerado um fenômeno de região ontológica pouco explorada, tem sido objeto de muitos estudos que buscam a sistematização de suas origens, causas e modos de solução (ENTELMAN, 2002).

Desde as abordagens precursoras sobre os fundamentos da ordem coletiva, representadas por Thomas Hobbes e Augusto Comte, passando pela proposta de Karl Marx, privilegiadora do conflito, e de Émile Durkheim, que busca eliminá-lo pela normatização da coesão, o fenômeno também é tratado como elemento integrante da ação social, sob Max Weber, chegando a ser considerado em termos relacionais como fenômeno constitutivo da sociedade e necessário ao progresso, segundo Georg Simmel (WIEVIORKA, 2013).

Nas construções teóricas sobre o conflito social indaga-se se ele representa fenômeno patológico ou socioativo (BIRNBAUM, 1995). A partir da década de 1950, destacaram-se duas correntes teóricas: a escola conducista, que estuda os aspectos comportamentais e até inconscientes dos indivíduos na geração de conflitos; e a escola clássica, que enfoca o relacionamento individual, de grupos e até de fatores exógenos desencadeadores e catalizadores dos conflitos (ERICKSEN, 2011).

A noção de conflito social não tem tradição nas abordagens ator-rede, mas em sua perspectiva vista como uma relação (SIMMEL, 1904) é possível vislumbrar aproximações com o pensamento seminal da ANT.

Em primeiro lugar, é defendida a perspectiva de que o conflito social constitui relacionalmente o social. Georg Simmel, sociólogo alemão do final do século XIX foi precursor de uma visão relacional que coloca o conflito no centro da vida social e o torna uma fonte fundamental de unidade da sociedade, contribuindo para a socialização de indivíduos e

regulação da vida coletiva. De acordo com Simmel (1904), a eclosão dos conflitos constitui formas de remoção do antagonismo para se chegar a alguma forma de unidade. Tendo desenvolvido o conceito de ‘sociação’ (*vergesslshaftung*) que designa as formas e os modos pelos quais os atores sociais se relacionam, Simmel (1904) sustenta que o conflito é resultado de interações sociais, configurando-se nos antagonismos de comportamento e sentimentos a sua razão de ser, além de atuar como mola propulsora do aperfeiçoamento e progresso.

Mesmo que numa visão dotada de maior neutralidade, a ANT, analogamente, também propugna a constituição dos agregados e coletivos a partir das controvérsias (LATOURE, 2007), sendo possível verificar em ambas as abordagens - ANT e conflito social - uma noção apriorística da relação sobre a substanciação, e também da contenciosidade como parte integrante do processo de construção social.

Em segundo lugar, a abordagem do conflito social também trabalha com a superação da dicotomia entre o indivíduo e a sociedade o que lhe possibilitou pensar a ação individual como um fenômeno ontologicamente semelhante a ação coletiva, estando ambas diretamente associadas às mudanças no padrão de relações sociais (Simmel, 1903). Essa abordagem se aproxima da ANT, que também critica a compartimentalização da realidade, classificada por níveis, camadas, territórios, esferas, categorias, estruturas ou sistemas ou dualidades, que a reduzem, por exemplo, à agência ou estrutura, ao macro ou micro e ao local ou global (LATOURE, 1996). Portanto, assim como na ANT, pode-se afirmar que a abordagem de conflito social enxerga o coletivo como sendo os indivíduos em um outro estado, como que a mesma água em estado líquido ou gasoso (LATOURE; CALLON, 1981).

Em terceiro lugar, vislumbra-se o reconhecimento do caráter performativo tanto do conflito social quanto da controvérsia em suas elaborações, ainda que a abordagem da performatividade não esteja referenciada na literatura de conflito social. Cuida-se de uma visão *enactment* de performatividade, pela qual as pessoas, ao falarem ou agirem, produzem estruturas, restrições e oportunidades que não estavam lá antes que tomassem a ação (WEICK, 1995). A escalada do conflito social, definida como, processo espiral de ações cujas reações aumentem em proporções e dão ensejo para novas questões ou interesses em disputa (PRUITT; KIM, 2014), pode ser considerada um exemplo de performatividade reconhecida nas associações de atores-redes.

Em quarto lugar, da influência relacional sobre ambas as abordagens constata-se uma compreensão acerca do poder que decorre das relações, diferentemente das teorias modernas em que o poder é entendido como um fenômeno dotado de uma força interna e inercial cujo deslocamento não necessita ser explicado, exceto quanto à sua desaceleração que resulte da ação de outras pessoas (LATOURE, 1986).

Tanto na ANT como na teoria do conflito social relacional, o poder não é algo desencadeado por um ímpeto inicial, nem é causa da ação coletiva, mas a sua consequência. (LATOURE, 1986). Pruitt e Kim (2014) também destacam o poder como resultado das relações conflituais. Se alguém supostamente detivesse o poder “*in potentia*” nada aconteceria, mas se ele o exerce (“*in actu*”) então serão os outros quem performarão a ação, e não esse alguém que pensa possui-lo. Logo as controvérsias deixariam de ser uma referência ostensiva de descobertas, para serem performadas a partir dos esforços heterogêneos que as integram (LATOURE, 1986).

E nesse aspecto, a ANT vai além para afirmar, por exemplo que o “poder” de um gerente seria conquistado graças a uma série de telefonemas, manutenção de registros, paredes e máquinas. Um estadista seria sustentado pelos símbolos de uma nação, hino, cores de bandeira, liturgias e demais signos que dão suporte àquela reivindicação de poder. Ambas as posições – dos gerentes e do estadista - poderão também ser questionadas a partir de elementos dissociativos capazes de reabrir caixas pretas, como mudança climática, roupas, uma lei, decisão judicial ou um vírus.

Nesse caso, a perspectiva do poder a partir de associações sociomateriais, como preconizado pela ANT, não afetaria a teoria do conflito social relacional, mas pode até mesmo contribuir para a sua expansão para abranger também a heterogeneidade caracterizada pela agência de elementos não humanos em sua formação.

Poder-se-ia utilizar a crítica de Latour (2004) para uma tentativa de afastar a comensurabilidade entre a ANT e a teoria do conflito social. É que Latour defende a impossibilidade de um conceito apriorístico de ‘social’, como domínio autônomo apto a adjetivar outros institutos. O social é o resultado de um movimento que o constitui relacionalmente devendo sua noção ser explicada e redefinida, buscando-se entender qual o conteúdo daquilo que se “agrega” sob a égide de uma sociedade (LATOUR, 2007). Ou como diria Mol (1999): a realidade não precede as práticas por meio das quais as pessoas interagem, mas é moldada por elas (MOL, 1999).

No entanto, Simmel (1904), ao afirmar o conflito a partir das relações, torna implícita a epistemologia relacional para a própria noção de social que usa para designar o conflito. Em todo caso, também não vislumbramos, quanto à ANT, essa preocupação de negar definições apriorísticas em relação às noções de “controvérsias” e “translações” que são tomadas como definições dadas ou acabadas, sem uma compreensão analítica sobre suas origens ou formações.

Apontamos uma diferença relevante, mas que não afasta a comensurabilidade entre as abordagens. É notável que os elementos não-humanos não integram a agência na abordagem dos conflitos sociais relacionais, mas isso não impede que sejam considerados elementos materiais mediadores para a constituição, na escalada ou mesmo na resolução do conflito. A heterogeneidade sujeito-objeto nem chega a ser uma abordagem exclusiva da ANT, sendo reconhecidos os efeitos de artefatos como constitutivos da realidade social por meio das práticas (BARAD, 2003). Por outro lado, o tratamento simétrico de humanos e não-humanos também tem sido alvo de críticas sob a alegação de que a reconhecida participação de não-humanos nas relações não mesmo precisaria levar a uma simetria absoluta (PELS, 1995; WALSCHAM, 1997).

#### **04 Contribuições da teoria do conflito social relacional para a ANT**

A abordagem de conflito social a partir de autores como Georg Simmel, Randall Collins e Julien Freund, autores seminais na defesa de uma teoria do conflito, propõe uma definição analítica que indica os elementos necessários à configuração de um conflito, quais sejam, a totalidade, a oposição e a identidade (WIEVIORKA, 2013).

A totalidade indica uma esfera de ação na qual o relacionamento entre os oponentes possa tomar forma ou um conjunto de questões comuns a todos os atores envolvidos num conflito. A oposição indica o antagonismo dos interesses representados por cada um dos oponentes, que reconhecem as questões postas em conflito e lutam por controle de recursos, por valores ou pelo poder. A identidade mostra como cada parte assume autonomamente sua posição na dinâmica do conflito.

Ericksen (2011) também destaca três dimensões do conflito: no plano objetivo o conflito se desenvolve incidentalmente sobre os bens tidos por escassos ou sobre os encargos compreendidos como necessários às partes. No plano comportamental surge, conscientemente ou não, um vetor de conduta colidente, um choque de disposições, direcionamento e sentido. No plano anímico é indispensável que os sujeitos envolvidos tenham percepções diferente dos valores de justiça.

Os conflitos podem ser puros ou impuros, conforme se lhes reconheçam, respectivamente apenas um objetivo e um resultado possível, ou a possibilidade de que os objetivos e os ganhos oriundos dos resultados sejam distribuídos entre os envolvidos (PRUITT; KIM, 2004).

O conflito está sempre presente em quaisquer circunstâncias em que ocorrerem atividades incompatíveis (DEUTSCH, 1973). Ele não se confunde com a competição nem com a disputa, tida pelo embate de interesses. No conflito há um processo dinâmico, complexo e interativo

com múltiplas possibilidades de desdobramentos, progressivos, regressivos, rápidos ou longevos e sujeitos a dissoluções que podem ser longevas ou temporárias. Os conflitos surgem em razão da circunstância de que alguém se sinta em atrito com o outro, embora sem a necessidade de que esse sentimento seja recíproco.

Acerca das *fontes de conflito* identificam-se diferentes condições sob as quais o conflito social se desenvolve (PRUITT; KIM, 2004).

Em primeiro lugar, o conflito pode surgir da escassez de recursos, de um modo objetivamente considerado ou pela percepção de uma melhora do estado da realidade, isso porque, em momento de rápidas expansões ou melhorias há um incremento ainda maior das expectativas das aspirações daqueles contemplados que foram contemplados em seus interesses. E como é provável que haja uma desaceleração da velocidade da melhoria, em períodos pós-expansão, surge nessas ocasiões o ambiente propício para os conflitos.

Em segundo lugar, focalizando-se as partes envolvidas numa interação, reconhece-se a crença implícita no senso comum de que o ganho alheio traz uma sensação de perda própria como se a vida fosse um jogo de “soma-zero”. E por se acreditar que as aspirações não podem ser alcançadas numa abordagem integrativa, o progresso alheio acaba por se tornar uma fonte relevante de conflito.

Em terceiro lugar, quanto às interações, os conflitos nascem também da ambiguidade sobre um poder relativo, pelo qual as pessoas acreditam ter mais poder em relação ao outro do que de fato possuem e por isso elas reivindicam posições ou interesses que não o fariam se tivessem a exata noção dos limites de suas aspirações.

Em quarto lugar, os conflitos surgem a partir de “mudanças em padrões de comparabilidade” que são adotadas para avaliar se aspirações são justas ou legítimas. Pruitt (2007) nos oferece o exemplo de uma jovem senhora casada e dona de casa que, ao se tornar amiga de outra mulher, executiva, solteira, sem filhos, poderá reivindicar um novo padrão de liberdade com base no modelo de vida da nova amiga, trazendo dificuldades na relação com seu marido.

Ainda considerando as interações, os conflitos também podem nascer a partir da “inconsistência de status”, que existe quando há uma assimetria sobre os critérios usados para avaliação dos méritos ou contribuições das pessoas, em uma dada situação de convivência interindividual ou coletiva. É conhecido, por exemplo, que tanto a experiência profissional quanto a escolaridade são critérios requisitados para processos de recrutamento e seleção nas empresas, mas recrutadores com perfil prático e outros com perfil teórico terão diferentes percepções sobre quais critérios devem ser prevalentes. Portanto, se trabalharem em conjunto, haverá um espaço para o surgimento de conflitos sobre como deve ser conduzido o processo de recrutamento e seleção.

Em quinto lugar, sob o ponto de vista das pessoas ou entidades alheias às partes envolvidas numa relação, o conflito pode surgir com base no chamado “dilema da segurança”. A estabilidade (ainda que frágil) não ocorre primariamente em razão de um suposto comportamento cooperativo entre as partes, mas pela existência de instituições externas como poder de polícia e o poder judiciário, que são acionados quando desvios acontecem. Por outro lado, se essas instituições não estiverem presentes ou não atuarem com eficácia percebida, o espaço para conflitos se torna mais profícuo. Identifica-se no caso, a agência de elementos não humanos - o *enforcement* - para a eclosão ou contenção do conflito, numa clara convergência com a abordagem da ANT.

É relevante frisar que as hipóteses não exauram as fontes de conflito mas sistematizam uma taxonomia de relações que desencadeiam o comportamento antagônico.

Poderia ser indagado se a teorização do conflito a partir de sua conceituação, classificação e fontes pode contribuir para o desenvolvimento das controvérsias, tomadas pela ANT em seu sentido mais amplo possível (VENTURINI, 2010a). Por um lado, Law (1992) recomenda que,

ao trabalhar com a ANT, não se deve começar assumindo o que se pretende explicar, nem tomar como base qualquer elemento classificatório prévio para os fenômenos, e nem mesmo em relação às controvérsias porquanto ainda não estabilizadas. Por outro lado, entender as controvérsias a partir da teorização dos conflitos sociais não elimina o caráter dinâmico e abduutivo da pesquisa em ANT, mas reforça a própria compreensão do processo de formação de grupos, considerados por Latour (2007) como um *assemblage*, ou função de elementos em um conjunto maior, ou ainda, o produto provisório de rumor feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele.

Se o desenvolvimento conceitual do conflito social aperfeiçoa a noção de controvérsias, as táticas para lidar com os conflitos é que servirão à operacionalização do conceito de translações.

De acordo com Pruitt e Kim (2014) essas *táticas* são um tanto incompatíveis entre si e variam de acordo com diferentes abordagens ou condições que favorecem uma ou outra dessas alternativas.

Os modelos de dupla preocupação prestigiam processos de solução de conflitos que levam em conta os interesses das partes combinados com os de terceiros. O modelo de viabilidade percebida valoriza o papel dos princípios bem como a identidade dos grupos envolvidos no conflito. A análise da direção da culpa indaga quem são os responsáveis pelo conflito, o que pode resultar no reconhecimento da própria culpa, na imputação de culpa à contraparte ou no reconhecimento de culpa recíproca, como método balizador para assunção, imposição ou negociação da solução.

Quando a cultura é considerada, utiliza-se a dimensão individualismo-coletivismo para as escolhas das táticas. Os coletivistas tendem a evitar confrontos ou usam abordagens indiretas, como a de colocar o conflito nas mãos de um intermediário, buscando-se a harmonia entre o grupo. Os individualistas utilizam táticas diretas de solução de conflitos.

Kim e Pruitt (2014) também exploram uma série de táticas contenciosas, incluindo táticas "leves" como insinuação, ingratidão, bajulação, a vergonha, promessas e persuasão, além de táticas "pesadas", como ameaças, compromissos irrevogáveis ou até mesmo a violência. Eles argumentam que, embora as táticas contenciosas cada vez mais severas sejam uma característica da escalada do conflito, elas não são necessariamente destrutivas.

Nas relações conflituosas, podem surgir as escaladas do conflito por meio de um progressivo espiral de ação e reação (PRUITT, 2007). Cada reação se torna mais severa do que a ação que a precedeu, criando-se uma questão ou objeto de disputa. Com o crescimento do conflito, as causas originárias se tornam secundárias para dar lugar a uma nova reação que precedeu a ação imediatamente anterior. A escalada é geralmente acompanhada de uma série de outras transformações no processo de desenvolvimento do conflito: a proliferação das questões que iniciaram o conflito, maior engajamento com o aprofundamento do conflito ao invés de se tentar a sua resolução, questões específicas geralmente passam a ocupar o lugar das questões gerais do conflito, as motivações em trono da solução do conflito que dão lugar ao simples desejo de vencer, sentimentos positivos que acabam por dar lugar a sentimentos negativos ou ambos os lados passam a recrutar indivíduos e grupos anteriormente neutros.

A teoria do amadurecimento rastreia a descalcificação e o início da negociação, que decorre de um impasse combinado com otimismo sobre a obtenção de uma solução minimamente aceitável. O impasse pode decorrer, dentre outras razões, das falhas das táticas controversas, do esgotamento dos recursos necessários para empregá-las, da perda de apoio de aliados ou do desenvolvimento de custos ou riscos inaceitáveis. O otimismo pode surgir com a confiança no trabalho - uma sensação de que o outro está no mesmo barco que você e está pronto para buscar um acordo. Mas, para permanecer engajado nas negociações, as partes devem vislumbrar uma alternativa aceitável que pode ser alcançada. Nos conflitos entre grupos, o otimismo também exige a crença de que se trata de um porta-voz válido - um negociador que

pode comprometer o outro lado a um acordo vinculativo. Se houver um impasse percebido de ambos os lados, as iniciativas conciliatórias unilaterais geralmente levam a uma espiral descalcificante que criará a confiança suficiente para o início das negociações.

Elencamos abaixo alguns exemplos sobre como controvérsias e translações podem ser pensadas em termos de um processo de gestão e solução de conflitos, sendo promissor o aprofundamento das dinâmicas do conflito social como teorização intermediária para a operacionalização de translações.

Táticas contenciosas do conflito social (PRUITT E KIM, 2004) são boas explicações analíticas para os movimentos de interessamento e de coalização das translações (CALLON, 1986).

O quarto tipo de translação de Latour, que preconiza o remanejamento de todos os interesses e objetivos iniciais rumo a um objetivo comum (LATOURE, 1999) seria convergente e melhor explicado a partir dos modelos de dupla preocupação ou de mobilização de grupos em conflito (PRUITT; KIM, 2014).

De igual modo, as fontes de conflito intra e intergrupais seriam consentâneas com a planificação macro-micro (LATOURE, 1981) quando demonstrado o processo de mobilização de coletivos pela voz de seus interlocutores.

Encerramentos de conflitos sob a forma de gerenciamento, de solução do problema ou de resolução (PRUITT E KIM, 2004) poderão dialogar com as técnicas de solução de controvérsias previstas por Latour (1999) a exemplo do enquadramento, da encenação ou da captação, gerando *insights* importantes sobre como ocorrem as translações para além dos modelos taxativos apresentados pela ANT.

A busca pela compreensão das razões pelas quais os actantes investem esforços para agir de acordo com os seus interesses, processo conhecido pelos autores da ANT como “*sampling*” (HUSSENOT, 2014; VENTURINI, 2010a; TURETA; CLEGG, 2021) é compatível com o entendimento das elaboradas condições sob as quais os conflitos sociais se desenvolvem a partir de Pruitt e Kim (2014).

## **05 Considerações finais**

Pode-se sugerir que a teorização do conflito social apresenta forte viés preditivo sobre o comportamento das partes envolvidas, diferentemente da abordagem ator-rede, cujas controvérsias se regem rizomaticamente por movimentos relacionais e desestruturados. Contudo, o que se verifica em Callon (1986), com as suas quatro fases do processo de translação, e em Latour (1999) com seus cinco tipos de translação, é uma tentativa semelhante de estruturação aos moldes do esforço empreendido pelos adeptos das teorias de conflito social.

Não se pretende conferir um enfoque positivista à ANT, considerada uma perspectiva antimoderna e pós-humana (LATOURE, 1994; LAW, 1999) e que é também conhecida pela originalidade de seu método de seguir o trabalho dos actantes (KANGER, 2010) e de seu enfoque marcadamente descritivo da realidade (WALSCHAM, 1997). O que se busca é criar condições para responder à crítica da insuficiência analítica da ANT (REED, 1997) com a proposição de que se os antagonismos devem ser desafiados é necessário entender como eles são construídos para gerar seus efeitos (LATOURE, 2004), sendo plausível e até mesmo necessário entender realidades dinâmicas heterogêneas com vistas à gestão do processo de translações.

É certo que a heterogeneidade trazida pelos não-humanos na ANT é mais abrangente que a homogeneidade da abordagem meramente humana do conflito social, mas isso não impede a contribuição desta última teorização à primeira. O fato de uma visão centrada unicamente na agência humana não exclui a noção de que as táticas dos conflitos sociais estejam presentes nas controvérsias referidas na ANT, sendo plausível que todo o conhecimento disponível sobre as fontes de conflito social, suas estratégias, o escalonamento e o desescalonamento, a comunicação, o impasse, o poder e demais modos de solução também se evidenciem nas

associações de atore-redes, mesmo que deles também se reconheça a agência dos actantes não humanos.

Reafirmamos, ao contrário, que a própria abordagem de conflito social relacional tem a ganhar com esse diálogo na medida que passe a incorporar os elementos sociomateriais na compreensão das relações que se formam para constituir o social.

Finalmente, este trabalho contribui para um projeto de alcance maior. É que, uma vez superado o esforço de demonstrar a comensurabilidade entre as abordagens apresentadas, o que se espera em trabalhos futuros, de natureza empírica, é que os microfundamentos da controvérsia, a partir da adoção de abordagem do conflito social relacional, como teoria intermediária, possam aprofundar e até mesmo operacionalizar o modo como ocorrem as translações, ou como ‘caixas-pretas’ são fechadas ou como o processo de construção da realidade social pode ser mais bem compreendido.

#### **08 Referências bibliográficas**

ALCADIPANI, Rafael; HASSARD, John. Actor-Network Theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 419-435, 2010.

ALCADIPANI, Rafael; TURETA, César. Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 51, Salvador/B1, Out-dez/2009, p. 647-664.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Leya, 2016.

BARAD, Karen. Posthumanist performativity: Toward an understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BATTILANA, J., LECA, B., BOXENBAUM, E. How actors change institutions: Towards a theory of institutional entrepreneurship. **Academy of Management Annals**, v. 3, n. 1, p. 65-107, 2009.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petropolis: Editora Vozes, 15 ed, 1998.

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. IN: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, p. 243-282, 1995.

BLOOR, David. Anti-Latour. **Studies in History and Philosophy of Science**. Part A, v.30, n. 1, march-1999, p. 81-112.

CABANTOUS, Laure; SERGI, Viviane. Seeing the potentialities at the intersection: A reflection on performativity and processuality mindsets. **M@ n@ gement**, v. 21, n. 4, p. 1229-1243, 2018.

CALLON 1989 “Society in the Making: The Study of Technology as a Tool for Sociological Analysis,” in W. E. Bijker, T. P. Hughes and T. Pinch (eds) *The Social Construction of Technological Systems*, pp. 83–103. Cambridge, MA: MIT Press.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. First published in J. Law, **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London, Routledge, 1986, pp.196-223.

CALLON, Michel. The laws of the markets. **Sociological review monograph**, 1998.

CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. **Advances in social theory and methodology: Toward an integration of micro-and macro-sociologies**, v. 1, 1981.

CAMILLIS, Patricia Kinast De; ANTONELLO, Claudia Simone. From translation to enactment: contributions of the Actor-Network Theory to the processual approach to organizations. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 61-82, 2016.

CERRETTO, C. DOMENICO, S. M. R. Mudança e Teoria Ator-Rede: Humanos e Não Humanos em Controvérsias na Implementação de um Centro de Serviços Compartilhados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, artigo 5, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016.

CZARNIAWSKA, Barbara. Bruno Latour and Niklas Luhmann as organization theorists. **European Management Journal**, v. 35, n. 2, p. 145-150, 2017.

CZARNIAWSKA, Barbara; HERNES, Tor. Actor-network theory and organizing. Göteborg University-School of Economics and Commercial Law/Gothenburg Research Institute, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Brian Massumi, trans. *A Thousand Plateaus*. 1987.

DEUTSCH, Morton. **The resolution of conflict: Constructive and destructive processes**. Yale University Press, 1973.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **American journal of sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

ERICKSEN, Lauro. A compreensão do conflito social como um problema alocativo: apontamentos sobre o fenômeno sociojurídico do conflito. **Prisma Jurídico**, v. 10, n. 2, p. 369-394, 2011.

GAD, Christopher; BRUUN JENSEN, Casper. On the consequences of post-ANT. **Science, Technology, & Human Values**, v. 35, n. 1, p. 55-80, 2010.

GIOIA, D. A.; PITRE, E. Multiparadigm perspectives on theory building. *Academy of Management Review*, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

HARMAN, Graham. **Prince of networks: Bruno Latour and metaphysics**. Press, 2009.

HASSARD, J. Multiple paradigms and organizational analysis. A case study. *Organization Studies*, v. 12, n. 2, p. 275-299, 1991.

HUSSENOT, Anthony. Analyzing organization through disagreements: the concept of managerial controversy. **Journal of Organizational Change Management**, 2014.

HUSSENOT, Anthony. Between structuration and translation: an approach of ICT appropriation. **Journal of Organizational Change Management**, 2008.

HUSSENOT, Anthony; MISSONIER, Stéphanie. A deeper understanding of evolution of the role of the object in organizational process: The concept of “mediation object”. **Journal of Organizational Change Management**, 2010.

KANGER, Laur. Mapping ‘the ANT multiple’: A comparative, critical and reflexive analysis. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 47, n. 4, p. 435-462, 2017.

LANGLEY, A. TSOUKAS, H. Introduction: Process Thinking, Process Theorizing and Process. In **The Sage Handbook of Process Organization Studies**. London, 2016.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade agora**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno. On actor-network theory: A few clarifications. **Soziale welt**, 1996.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. In LAW, John; HASSARD, John. **Actor Network Theory and after**. Oxford (UK): Blackwell Publishing, 1999, p. 15.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. São Paulo, EDUSC, 2007.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. USA: Harvard University Press, 1993.

LATOUR, Bruno. The powers of association. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1\_suppl, p. 264-280, 1984.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Editora Vozes, 2019.

LAW, John et al. Technology and heterogeneous engineering: The case of Portuguese expansion. **The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology**, v. 1, p. 1-134, 1987.

LAW, John. Actor Network Theory and Material Semiotics, available at LAW, John. **After Method: mess in social Science research**. London: Routledge, 2004.

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. **The Sociological Review**, v. 47, n. S1, p. 1-14, 1999.

LAW, John et al. Actor network theory and after. 1999.

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems practice**, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LAW, John. On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1\_suppl, p. 234-263, 1984.

MOL, Annemarie. Actor-network theory: Sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. Sonderheft**, v. 50, p. 253-269, 2010.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. **The sociological review**, v. 47, n. 1\_suppl, p. 74-89, 1999.

ORLIKOWSKI, W.; SCOTT, S. Chapter 10: Socimateriality: Challenging the Separation of Technology. **Work and Organizations (Working Paper Series), The Academy of Management Annals**, v. 2, n. 1, p. 433-474, 2008.

PELS, Dick. Review Articles: Have we never been modern? Towards a demontage of Latour's modern constitution: B. Latour, *We Have Never Been Modern*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993. **History of the Human Sciences**, v. 8, n. 3, p. 129-141, 1995.

PRUITT, Dean G. Social conflict: Some basic principles. *J. Disp. Resol.*, p. 151, 2007.

PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee. **Social conflict: Escalation, stalemate, and settlement**. McGraw-Hill Book Company, 2004.

REED, M. I. The action/structure debate in organizational analysis. In: **Conference on structuration theory and organizations**. 1995.

SIMMEL, Georg. The sociology of conflict. I. **American journal of sociology**, v. 9, n. 4, p. 490-525, 1904.

SURACHAIKULWATTANA, Panita; PHILLIPS, Nelson. Creating the british academic health science centres: Understanding the microfoundations of the translation of organizational forms. In: **Microfoundations of institutions**. Emerald Publishing Limited, 2019.

STINCHCOMBE, Arthur L. The conditions of fruitfulness of theorizing about mechanisms in social science. **Philosophy of the social sciences**, v. 21, n. 3, p. 367-388, 1991.

TONELLI, Dany Flávio. Origens e afiliações epistemológicas da Teoria Ator-Rede: implicações para a análise organizacional. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 2, p. 377-390, 2016.

TURETA, César; AMÉRICO, Bruno Luiz; CLEGG, Stewart. Controversies as method for ANTi-history: An inquiry into public administration practices. **Organization**, p. 13505084211015375, 2021.

VELHO, Lea; VELHO, Paulo. The policy and politics of alternative food programs in Brazil: analysis of a controversy. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 9(1):125-57, jan-abr/2002.

VILLAR, Eduardo Guedes; RESE, Natália; ROGLIO, Karina De Déa. The Multiple Tensions of Organizational Hybridism: A Look at the Translation Perspective and Open Strategy in a Social Enterprise. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 21, n. 3, p. 486-505, 2019.

VILLAR, Eduardo Guedes; ROGLIO, Karina De Déa. O Alinhamento entre a Teoria Ator-Rede e a Sociologia Relacional: uma Discussão Onto-Epistemológica para os Estudos Organizacionais. **Teoria e Prática em Administração (TPA)**, v. 9, n. 1, p. 77-91, 2019.

WALL JR, James A.; CALLISTER, Ronda Roberts. Conflict and its management. *Journal of management*, v. 21, n. 3, p. 515-558, 1995.

WALSHAM, Geoff. Actor-network theory and IS research: current status and future prospects. In: **Information systems and qualitative research**. Springer, Boston, MA, 1997. p. 466-480.

WEAVER, G. R.; GIOIA, D. A. Paradigms lost: Incommensurability vs. structurationist inquiry. *Organization Studies*, v. 15, n. 4, p. 565-590, 1994.

WIEVIORKA, Michel. Social conflict. *Current Sociology*, v. 61, n. 5-6, p. 696-713, 2013.